

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 940.891 - RS
(2016/0165298-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : ANA SABRINA SILVEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS052861
AGRAVADO : CAROLINA DA SILVA NUNES RAUPP
AGRAVADO : CARMEN LUCIA ALMEIDA
AGRAVADO : EDINA SARMENTO DUTRA
AGRAVADO : GERALDO LUIZ PINHEIRO
AGRAVADO : JOSE ORESTES PRESTES SOBROSA
AGRAVADO : JOSE ROBERTO SILVA DO COUTO
AGRAVADO : LUCIANA MORAES DE SOUZA
AGRAVADO : MARIA ELENA MOLINA MORAES
AGRAVADO : NOELI LUZIA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : TATIANE DOS SANTOS MORAES
AGRAVADO : JOAO ARI DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ROBERTA MORAES DE VASCONCELOS - RS039686
PÂMELA FERNANDES MARTINI E OUTRO(S) - RS077094

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo **Estado do Rio Grande do Sul** contra decisão que conheceu do agravo e deu provimento ao recurso especial de **Carolina da Silva Nunes Raupp e outros**, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que procedesse à fixação da verba honorária em relação aos créditos cujo pagamento se dará pela via da Requisição de Pequeno Valor (262/267).

Inconformado, o agravante afirma que *não se pode condenar a Fazenda Pública ao pagamento de honorários da execução, já que o crédito principal estava sujeito ao regime de precatórios e, portanto, o ente público aguardava o ajuizamento do processo executivo, não tendo conhecimento da renúncia da credora a parte do seu crédito para buscar o regime de pagamento da RPV, estando ausente, pois, a relação de causalidade que autoriza a fixação de verba honorária.*

Defende, assim, *ser descabida a fixação de honorários em execução cujo valor originalmente estava sujeito ao regime de pagamento por precatórios, não obstante posterior renúncia que o enquadrrou no limite da RPV.*

Superior Tribunal de Justiça

Requer a reconsideração do julgado para que *seja limitada a fixação de honorários na execução apenas sobre aqueles créditos originalmente enquadráveis no limite para expedição de RPV, excluindo-se aqueles em que o crédito original seria pago por precatório e houve a renúncia.*

É o relatório.

Ante as razões deduzidas, bem assim a necessidade de melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 262/267 e determinar a conversão do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator